

EDITORIAL

Adriano Correia

Hannah Arendt ficou realmente surpresa e mesmo espantada com a amplitude da repercussão inicial negativa de *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Tendo tratado em um primeiro momento como uma “tempestade em copo d’água” a campanha orquestrada em torno de seu livro, decidiu por não reagir às críticas por elas se basearem mais em uma imagem fabricada do livro do que em algo que ela tenha efetivamente defendido. Ela teria confidenciado algum tempo depois a Joachim Fest que confiou enganosamente que agitações demagogicamente fabricadas têm vida curta e avaliou que teria permanecido em silêncio tempo demais.¹

A partir de um intercâmbio epistolar público com Gershom Scholem, em 1963, ela passou a discutir publicamente a polêmica em torno da cooperação de parte da liderança judaica com Eichmann, por meio dos Conselhos Judaicos, e também as questões jurídicas despertadas pelo julgamento, que começou com um rapto internacional e terminou em uma força improvisada em um país que não existia à época do cometimento dos crimes. Todavia, o que a ocupará por mais de uma década, até sua morte em 1975, é a reflexão sobre as implicações morais da noção de banalidade do mal e de sua caracterização de Eichmann como alguém “terrível e assustadoramente normal”², cuja limitação fundamental era “sua quase total incapacidade de olhar qualquer coisa do ponto de vista do outro”.³

Foi a partir dessa constatação que Arendt se perguntou sobre se o pensamento pode evitar o mal ao menos daqueles que se tornaram malfetores por irreflexão, e que exatamente por se tornarem não-pessoas contribuíram para um mal monstruoso sem serem eles mesmos monstros. De suas primeiras reflexões surgiram textos como o pós-escrito à segunda edição de *Eichmann em Jerusalém*, o texto “Responsabilidade pessoal sob a ditadura” (1964), cursos sobre a filosofia moral e política de Kant no mesmo ano, e nos anos subsequentes os cursos “Algumas questões de filosofia moral” (1965) e “Proposições morais básicas” (1966).

Os temas que ocuparam Arendt vão da responsabilidade pessoal em regimes arbitrários ao significado político da resistência ética da não-participação nesses regimes. Central a suas reflexões são suas considerações sobre a obediência, por um lado, e sobre a resistência ética impotente do não engajamento, por outro. Essas elaborações iniciais ganharão corpo em sua investigação final sobre o pensamento, a vontade e o juízo na obra *A vida do espírito*, que restou inacabada. No presente volume editei e traduzi o texto inédito “Responsabilidade moral sob ditaduras totalitárias”, que apesar de não estar datado, reverbera emblematicamente as primeiras reflexões de Arendt sobre o tema da responsabilidade e sobre a ingenuidade moral de pressupor uma consciência inextirpável do bem e do mal.

Nesse segundo volume da revista em torno ao tema da banalidade do mal, contamos com textos de colegas da Argentina, do Brasil e da Espanha sobre alguns problemas fundamentais. O texto de Fina Birulés, originalmente o prefácio à edição galega de *Eichmann em Jerusalém*, foi editado e traduzido para o português a partir de uma versão inédita em espanhol. Nele a autora apresenta uma interpretação de conjunto da obra de Arendt, considerando temas como o antissemitismo, o

¹ Joachim Fest, “Das Mädchen aus der Fremde: Hannah Arendt und das Leben auf lauter Zwischenstationen”, In: _____. *Begegnungen: Über nahe und ferne Freunde*, Hamburgo, Rowohlt, 2004, p. 186.

² Hannah Arendt, *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999, p. 299.

³ Ibid., p. 60.

“idealismo”, a importância de Sócrates na reflexão arendtiana sobre a moral, a ameaça totalitária à pluralidade e o próprio estilo de Arendt no tratamento desses temas.

Paula Hunziker reflete sobre a singularidade da representação dos perpetradores por Arendt em *Eichmann em Jerusalém*, tendo em conta o debate sobre como representar a voz dos repressores. Dialogando com filmes que lidam diretamente com perpetradores, a autora realça a importância da atitude crítica de Arendt na representação de perpetradores, cujo testemunho é tomado como apenas o começo de um processo de estabelecimento da verdade do sucedido. Fernanda Moi examina a importância da memória e o lugar da reconciliação na justiça transicional, tendo em consideração o caso do genocídio em Ruanda. Colocando Arendt em diálogo com Paul Ricoeur e François Ost, a autora recorre à noção de banalidade do mal para situar Arendt no debate contemporâneo sobre direitos humanos.

Laura Arese reflete sobre a humanidade como um conceito político a partir do diálogo crítico que Arendt estabelece com a “filosofia da humanidade” de Karl Jaspers. Arendt conectava diretamente o racismo que estruturava o totalitarismo nazista ao esfacelamento tanto da ideia clássica de uma humanidade comum quanto da noção iluminista abstrata e universal de humanidade. Concebia, entretanto, como tarefa política relevante, visar um conceito alternativo de humanidade como conceito político. Beatriz Porcel reflete em seu texto sobre as cartas públicas enviadas ao filho de Eichmann após o julgamento e condenação deste por Günther Anders, primeiro esposo de Arendt e renomado crítico literário. A autora realiza sua análise considerando o tema da filiação e da desfiliação, a caracterização de Eichmann e a responsabilidade e a questão do totalitarismo da técnica.

Por fim, Roan Costa Cardoso analisa a noção de “obediência cadavérica”, reclamada por Eichmann como sua virtude. Em diálogo com Frédéric Gros, o autor reflete sobre um dos elementos centrais da caracterização de Eichmann por Arendt cuja atualidade é desconcertante. No centro da reflexão, o tema da responsabilidade atravessa o texto e realça os dilemas da imputação de indivíduos que se recusam a pensar nos seus atos e a se vincular a eles como seus autores.

Estas, como as do primeiro volume desta revista sobre a banalidade do mal, são reflexões luminosas em tempos sombrios que revelam a atualidade e a relevância da obra de Hannah Arendt. Boa leitura!